



A PRODUÇÃO DOCUMENTAL COMO FORMA DE ACOLHIMENTO E REPRESENTAÇÃO RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR EM SANTA CATARINA: O CASO DO DOCUMENTÁRIO VIDAS INTERLIGADAS DE BRUSQUE

JOÃO PAULO DA SILVA; GRAZIELE GUIMARÃES; SHAYENE FERREIRA;
PRISCILA SCALVIM; EDUARDO CALLIARI SCHACHT

RESUMO

O presente trabalho evidencia o potencial do documentário Vidas Interligadas, produzido em Brusque (SC), como ferramenta de acolhimento e educação antirracista no contexto escolar catarinense. Em um estado historicamente marcado pela valorização da herança europeia e pela consequente exclusão das culturas afro-brasileira e indígena, a obra surge como resposta crítica ao apagamento sistemático da população negra, suas vivências e contribuições para o desenvolvimento regional. A partir da exibição do documentário em escolas públicas de Brusque, observou-se a criação de um ambiente de escuta sensível, acolhimento e identificação por parte dos estudantes negros. A atividade, acompanhada por rodas de conversa, possibilitou o compartilhamento de relatos pessoais de racismo, frequentemente silenciados no espaço escolar, contribuindo para o fortalecimento da identidade negra e o reconhecimento de suas narrativas. A análise destaca que produções documentais afrocentradas, sobretudo as de cunho local, configuram-se como estratégias pedagógicas eficazes para promover uma educação mais inclusiva, democrática e comprometida com os princípios da justiça social e da equidade racial. O projeto Vidas Interligadas evidencia o potencial transformador de iniciativas culturais quando articuladas a práticas educativas sensíveis às realidades dos alunos. A discussão também aborda os impactos da representação racial na mídia e o papel da indústria cultural na perpetuação do racismo estrutural. Por fim, ressalta-se que a ausência de políticas culturais inclusivas em Santa Catarina contribui para a invisibilização contínua da população negra, reforçando a importância de ações que promovam visibilidade, pertencimento e resistência no ambiente escolar.

Palavras-chave: Antirracismo; Educação; Representatividade; Documentário; Cultura afro-brasileira.

1 INTRODUÇÃO

O ambiente escolar é um ambiente multifacetado e cheio de vivências e culturas que o permeiam. O estado de Santa Catarina tem orgulho em celebrar a cultura europeia, baseado nos ciclos colonizatórios que o estado recebeu durante os anos, celebrando principalmente a cultura germânica e italiana, nesse sentido, gerando o apagamento, principalmente da cultura afrobrasileira, que como em outros estados, Santa Catarina recebeu inúmeros escravizados, que reflete até os dias atuais com a população negra existente. Assim, a sala de aula, conta com um população negra que muitas vezes não se sente representada e acolhida diante de uma maioria branca que por vezes se utiliza do racismo, afetando diretamente a vida dos jovens em ambiente escolar. “O racismo estrutural, no Brasil, é reforçado por uma ideologia oriunda do período colonial e mantida na realidade atual como tecnologia da colonialidade, com o objetivo de manter o status de superioridade do branco entre as instituições sociais, dentre elas, a escola. (Raposo, 2021, p.8)

Santa Catarina, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021, lidera o ranking nacional de registros de injúria racial, com 2.865 casos, configurando-se como um espaço onde o racismo não apenas se manifesta, mas também se enraíza nos meandros institucionais e culturais. Sob uma perspectiva histórico-crítica, como aponta Dennis de Oliveira (2021), o racismo estrutural se consubstancia na estrutura do Estado e nas suas políticas culturais, perpetuando a exclusão sob o manto de uma suposta meritocracia.

Ao falar do ambiente escolar brasileiro, em artigo publicado no site Mundo Negro, temos um diagnóstico da situação. “Nos últimos anos, aumentaram os relatos de racismo no ambiente escolar, onde até mesmo grupos de WhatsApp e outras redes sociais, têm sido usados para humilhar estudantes negros”. (Nascimento, 2025).

Para além disso, temos a as Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc, que surgem em um momento de pandemia, além disso, elas nascem como forma de ampliar o fazer cultural brasileiro, assim, nasce o documentário *Vidas Interligadas*, em Brusque (SC), uma cidade com rica herança cultural germano-italo-polonesa, que carrega com orgulho suas raízes europeias. Entretanto, há uma tessitura histórica que frequentemente é relegada ao esquecimento: a vida, lutas e contribuições das pessoas negras que foram essenciais no desenvolvimento socioeconômico da região. O documentário surge da necessidade de trazer à luz essas narrativas silenciadas, costurando-as as ancestralidades mais amplas da história catarinense.

A obra narra as experiências das pessoas negras em Brusque, intercalando-as com as vivências do autor, um afro-brasileiro que busca suas raízes e identidades cruzadas nas tramas dos quilombos de Santa Catarina. O filme busca tecer uma conexão intrínseca entre a comunidade negra de Brusque e as comunidades quilombolas disseminadas pelo estado.

O documentário, por meio de entrevistas, análises históricas e interação direta com as comunidades, proporciona uma jornada visual e emocional que destila a essência do ser negro em Brusque e, por extensão, em Santa Catarina - um mosaico de experiências que reflete a diversidade e a resiliência da diáspora africana em terras brasileiras.

Neste contexto, temos a história do estado de Santa Catarina, observa-se a prevalência de um discurso hegemônico alicerçado na colonização europeia. Essa narrativa dominante não apenas silencia outras perspectivas históricas, como também opera ativamente na exclusão dessas vozes, configurando-se como parte de um projeto deliberado de dominação simbólica e política. Ao longo do tempo, diversos governos catarinenses empenharam-se na construção de uma identidade estadual que privilegia determinados grupos em detrimento de outros. Nesse contexto, ganha força um pensamento hegemônico que busca “definir quem é ‘realmente’ catarinense e dizer quem pode participar das discussões políticas, além de estabelecer quem terá acesso às benesses (...)” (Simão, 2019, p. 45).

A partir dessa definição excludente, a população negra nunca foi reconhecida como parte integrante do sujeito “catarinense”. Historicamente marginalizados, os negros em Santa Catarina têm sido sistematicamente excluídos tanto das políticas públicas quanto das políticas culturais. Esse apagamento não decorre da ausência da população negra na história estadual, mas sim da negação deliberada de sua presença. A realidade, contudo, revela outra dimensão: os negros sempre estiveram presentes e desempenharam papel fundamental na formação de Santa Catarina. Em 1872, a população negra — entre pessoas pretas livres e escravizadas — somava 174.786 indivíduos (Simão, 2018). Além disso, como em outras regiões do país, a economia catarinense foi fortemente alicerçada na exploração da mão de obra escravizada. “Desse modo, grande parte do trabalho realizado em Santa Catarina até o final do século XIX foi baseada na mão de obra escrava” (Simão, 2018, p. 153).

Ainda assim, mesmo em gestões que se autodenominam pluralistas, a exclusão da população negra persiste. Observa-se um esforço contínuo de invisibilização da cultura afrocatarinense e indígena, enquanto se intensifica a supervalorização das manifestações

culturais associadas aos grupos hegemônicos. Essa sobreposição simbólica constrói uma ideia artificial de identidade regional homogênea, que privilegia traços europeus em detrimento da diversidade étnico-racial do estado. “A clara opção pela narrativa de uma Santa Catarina branca e europeia, mormente alemã, mas também açoriana ou italiana, acaba por excluir de sua identidade parcela significativa da população. (Simão, 2019, p.43)

Nesse bojo, temos o racismo estrutural e a indústria cultural que nos faz compreender a exclusão sistemática da população negra nos espaços de visibilidade. Stuart Hall (1997), ao discutir a representação na mídia, destaca que a cultura não é meramente um espelho da realidade, mas sim um sistema de significados que molda a percepção do mundo social. Dessa forma, a representação de pessoas negras na mídia e na indústria cultural não ocorre de maneira neutra. Hall (1997) enfatiza que os estereótipos não apenas refletem desigualdades existentes, mas também as reforçam e naturalizam, contribuindo para a consolidação da marginalização de sujeitos negros no imaginário midiático. Isso se evidencia, por exemplo, na representação recorrente da população negra em papéis coadjuvantes, associados à periferia, à violência ou à hipersexualização — ou ainda na exigência de conformidade a padrões brancos como condição para alcançar reconhecimento cultural.

Bell Hooks (2019) oferece uma perspectiva crítica sobre o fenômeno da apropriação cultural, mostrando como elementos da cultura negra são frequentemente expropriados pela mídia e pelo mercado, sem o devido reconhecimento ou valorização de seus criadores. A indústria cultural se apropria de modas, linguagens, estéticas e expressões artísticas negras, mas os lucros e o prestígio permanecem concentrados nas mãos de agentes brancos. Segundo Hooks (2019), essa lógica esvazia o potencial transformador da cultura negra e desarticula sua capacidade de resistência.

Nesse contexto, a exibição de produções documentais afrocentradas em sala de aula assume um papel estratégico e pedagógico. Ao se verem representados como protagonistas e narradores de suas próprias histórias, os estudantes negros se reconhecem como sujeitos ativos, capazes de construir e compartilhar saberes. Esse movimento contribui para a criação de um ambiente de pertencimento, acolhimento e expressão.

2 RELATO DE CASO/EXPERIÊNCIA

Diante do contexto apresentado pela realidade local e das temáticas abordadas no documentário *Vidas Interligadas*, uma das principais contrapartidas sociais previstas no projeto foi a realização de rodas de conversa em escolas da rede pública de ensino de Brusque. Essas ações ocorreram no início do ano letivo e envolveram diretamente mais de 100 alunos, prioritariamente das turmas de oitavo e nono ano do Ensino Fundamental.

Durante as atividades, o documentário — um curta-metragem com pouco mais de 20 minutos de duração — foi exibido para os estudantes, seguido de um espaço de escuta e diálogo. O filme reúne relatos potentes de pessoas negras de Brusque, que compartilham suas vivências na cidade, bem como depoimentos de quilombolas de diversas regiões de Santa Catarina, revelando experiências comuns e distintas dentro da realidade afro-brasileira no estado.

A obra aborda de forma sensível e direta a questão racial, a identidade negra, os enfrentamentos cotidianos e a resistência cultural dessas populações. A exibição gerou uma profunda identificação por parte dos alunos negros, que se viram representados nas histórias contadas. Isso promoveu um ambiente de acolhimento, escuta ativa e pertencimento, onde os estudantes se sentiram seguros para compartilhar suas próprias experiências.

Durante as rodas de conversa, foi possível observar a emergência de relatos pessoais por parte dos alunos — alguns deles sobre situações de racismo vivenciadas na escola e em outros espaços sociais. O espaço se consolidou como um momento educativo, reflexivo e, principalmente, transformador, tanto para os estudantes quanto para os educadores presentes,

que puderam compreender melhor a realidade desses jovens.

Além de ampliar o debate sobre a diversidade étnico-racial, a atividade contribuiu para o fortalecimento de políticas de inclusão no ambiente escolar e para o reconhecimento da importância de projetos culturais que dialogam diretamente com a comunidade e promovem a memória, representatividade e consciência crítica.

3 DISCUSSÃO

Levar para a sala de aula um documentário afrocentrado, especialmente em um contexto social e histórico como o do Brasil/Santa Catarina — onde a vida, as vozes e as contribuições das pessoas negras frequentemente são invisibilizadas —, constitui um gesto pedagógico potente e necessário. Essa ação promove não apenas o reconhecimento das identidades negras, mas também contribui para a construção de um espaço de escuta sensível e acolhimento genuíno aos estudantes negros, que ainda enfrentam, cotidianamente, diferentes formas de exclusão e violência simbólica., principalmente levando em consideração a realidade que temos. “No Brasil, tivemos o caso da aluna, filha de senegaleses, estudante do Colégio Franco-Brasileiro, que precisou mudar de escola após ser vítima de racismo. (...) um estudante negro e gay do colégio Bandeirantes tirou a própria vida após sofrer discriminação racial e social”. (Nascimento, 2025).

A exibição do documentário, seguida de uma roda de conversa, revelou-se uma poderosa ferramenta para promover o diálogo e a escuta ativa. Os estudantes, especialmente os negros, sentiram-se à vontade para compartilhar vivências marcadas pelo racismo, muitas das quais permaneciam silenciadas. O ambiente construído após a exibição foi marcado por respeito, empatia e atenção — características que, infelizmente, nem sempre são naturais em grupos de adolescentes, muitas vezes permeados por brincadeiras e comentários desrespeitosos. Desta vez, o que se viu foi uma escuta qualificada, livre de julgamentos, piadas ou interrupções, o que possibilitou aos alunos se expressarem de forma autêntica e segura.

Esse momento também foi fundamental para a atuação da equipe pedagógica presente, que pôde compreender com mais profundidade os desafios enfrentados pelos alunos negros dentro da escola. Mais do que tratar os episódios de racismo como casos isolados ou problemas individuais, a escuta coletiva possibilitou uma reflexão institucional, fortalecendo o compromisso com a construção de um espaço escolar mais inclusivo, plural e antirracista. Reconhecer essas vivências como parte da realidade escolar é o primeiro passo para transformar a escola em um ambiente verdadeiramente acolhedor, onde todos os estudantes possam desenvolver-se plenamente, com dignidade e respeito.

4 CONCLUSÃO

Fica evidente, ao longo desta análise, que a sala de aula precisa ser um espaço mais acolhedor, principalmente para crianças negras e pertencentes a outros grupos historicamente minorizados e sistematicamente excluídos. Promover um ambiente inclusivo não se trata apenas de uma questão pedagógica, mas de justiça social e respeito às identidades que compõem a diversidade da comunidade escolar.

A inserção de conteúdos afrocentrados, como o documentário analisado, revela-se uma poderosa ferramenta para a construção de um ambiente escolar mais democrático, plural e sensível às múltiplas vivências dos estudantes. Esses materiais contribuem significativamente para o fortalecimento da autoestima de alunos negros e para o reconhecimento de suas histórias e culturas, frequentemente negligenciadas no currículo tradicional.

Um dos aspectos mais relevantes abordados foi a questão da representatividade. O fato de todas as pessoas entrevistadas no documentário serem negras possibilitou aos alunos um exercício de autoidentificação e pertencimento. Esse tipo de representação não apenas valida

suas experiências e vivências, como também amplia o imaginário de possibilidades: estudantes negros passam a se ver como protagonistas, como fontes legítimas de saber e, sobretudo, como produtores de cultura, capazes de contar suas próprias histórias por meio da linguagem audiovisual.

Ficou também evidente a importância de se valorizar a produção documental local, especialmente aquela que dialoga diretamente com a realidade dos alunos e com o contexto geográfico e social no qual estão inseridos. Esse tipo de abordagem fortalece o vínculo entre o conteúdo escolar e o cotidiano dos estudantes, gerando maior engajamento, senso crítico e empatia.

Diante disso, torna-se urgente a incorporação sistemática de conteúdos que valorizem as identidades das minorias e desafiem as estruturas excludentes ainda presentes na educação. É necessário que a diversidade brasileira se reflita de forma concreta no cotidiano escolar, promovendo uma educação verdadeiramente inclusiva e antirracista.

Mais do que isso, é fundamental que a escola se configure como um espaço seguro, de escuta ativa e de acolhimento. Um ambiente que respeite as especificidades de cada aluno e atue de maneira firme diante de situações de racismo, bullying ou quaisquer outras formas de violência que comprometam a saúde mental, emocional e física dos jovens. É salutar um esforço conjunto para que se crie condições para que todos os estudantes possam se desenvolver plenamente, com dignidade, respeito e pertencimento.

REFERÊNCIAS

DE ALMEIDA, José Renato Fonseca. Políticas culturais em tempos de pandemia: da Lei Aldir Blanc à Lei Paulo Gustavo e suas aplicações no estado e município de São Paulo. **Sala Preta**, v. 21, n. 1, p. 53-80, 2022.

DOS SANTOS, Luciana Mendes. As políticas culturais e as culturas políticas em Santa Catarina [1]. **Percursos**, v. 20, n. 42, p. 199-224, 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.
OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. Friedrich Ebert Stiftung (FES), 2021. Disponível em:
<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18682.pdf>. Acesso em: 10/01/2025.

OLIVEIRA, Rafael Pereira; DA SILVA, Rosimeri Carvalho. Um estudo das políticas culturais praticadas em Santa Catarina (1987-2002). **III ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA–ENECULT**.(Salvador: 2007). Anais... Salvador: III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2007.

RAPOSO, Patrícia Lorena; ALMEIDA, Roberta Santos de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. O pensamento decolonial como estratégia de enfrentamento ao racismo estrutural no contexto escolar. *Praxis educativa*, v. 16, 2021.

NASCIMENTO, Silvia. **Adolescência: estudantes negros e o retrato de uma escola que adoece**. Mundo Negro, 24 mar. 2025. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/adolescencia-estudantes-negros-e-o-retrato-de-uma-escola-que-adoece/>. Acesso em: 3 abr. 2025.

SIMÃO, Maristela et al. A presença africana e afro-brasileira nos museus de Santa Catarina. **Cadernos de Sociomuseologia** nº, v. 55, p. 211, 2018.

SIMÃO, Maristela Santos; BILÉSSIMO, Angelo R. Identidades em Santa Catarina-A negação do outro e a celebração da especificidade. **Escritas do Tempo**, v. 1, n. 1, p. 30-48, 2019.